

IAJES: CELIBATO CLERICAL, POLÍTICA E RELIGIÃO*

BRENTAN, Marcelo Fernandes**

*Não acredito ainda
estás chegando ao meu lado
e a noite é um punhado
de estrelas e de alegria...
Apalpo gosto escuto e vejo
teu rosto teu passo largo
tuas mãos e no entanto
ainda não acredito...
Mas estás vindo
É certo
e vens com tua mirada
e por isso tua chegada
faz mágico o futuro...
E ainda que nem sempre entendi
minhas culpas e meus fracassos
em troca sei que em teus braços
o mundo tem sentido
(Mario Benedetti)*

Introdução

Sabemos que o período do governo militar no Brasil (1964-1985) deixou sua marca com ferro e brasa nos corpos dos agentes que subvertiam esse sistema político autoritário e repressivo. Estudantes, trabalhadores e religiosos, assim como outros seguimentos do organismo social, que viam perspectivas de vida pautada na democracia e em uma sociedade mais igualitária e justa, foram, por aquele sistema, castigados e torturados. Assim, os sujeitos que lutavam contra a falta de liberdade política e a desigualdade econômica e social, fazendo-se presentes por meio dos movimentos sociais, questionando a sociedade, bem como sua ação e condição social, seus direitos e deveres. Os deveres dos políticos que prometiam e não fazia nada para melhorar. A falta de emprego, a precariedade da saúde e/ ou o sucateamento e descaso com a educação, também eram sempre lembrados. Parece que a situação social daquele tempo para cá pouco mudou. Convém ressaltar que esses fatores pontuados acima, não eram uma particularidade brasileira. A maioria dos países da América Latina e partes da Europa também viviam situações parecidas.

Dessa forma, devemos considerar a amplitude desse processo histórico. Para tanto, este artigo busca discutir a gestação do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES)¹, por

* Este artigo é fruto do projeto de iniciação científica PIBIC – CNPq/ UFMS 2008-2010.

** Aluno do Curso de História-Licenciatura da UFMS/CPTL, bolsista de Iniciação Científica PIBIC – CNPq/UFMS 2009/2010. E-mail: o_tomate@hotmail.com; SANTOS, Lourival dos Santos (orientador), professor do curso de História-Licenciatura da UFMS/CPTL, Departamento de Ciências Humanas; e-mail: l.santos@globocom

meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)² na região do Alto Paraná, em especial nas cidade de Andradina-SP e Três Lagoas-MS, buscava organizar diversas lutas sociais na região nesse período.

O IAJES tem em sua história um outro fator peculiar que merece atenção e será pensado neste artigo: o casamento dos padres da paróquia “Nossa Senhora das Graças” na década de 1970. Para tratarmos deste assunto tão delicado e que ocasionou diversas críticas e contestações ao longo da História, vamos buscar a origem da *institucionalização* do casamento monogamico e indissolúvel, e o início da imposição do celibato clerical, fazendo um dialogo entre o campo político e o religioso. Isso nos dará elementos para pensar o casamento dos padres na cidade de andradina.

Procedimentos de Pesquisa

Este artigo se fundamenta na utilização dos procedimentos teóricos do livro: *História Oral: como fazer como pensar*, de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2007), sendo uma das alternativas e possibilidades para se estudar o grupo político-social-religioso como foi o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES). Isso só é possível, tendo em vista que a História Oral transforma a entrevista em fonte histórica quando passado do código oral para o código escrito.

Assim, o recurso à História Oral como alternativa encontrada para estudar este grupo, é capaz de trazer elementos para entender melhor as ações dos colaboradores no âmbito político-social-religioso, referente a um período autoritário de 1970 a 1985. Dessa maneira, entendessee também as formas de resistência, estrutura e organização do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), nos municípios de Andradina-SP e Três Lagoas-MS, nesse mesmo período.

A reflexão sobre as operações da História Oral se inicia em aceitar que as gravações (sempre digitais) são feitas no presente, carregadas de expressões orais para articular, registrar ou explicar algo determinado do passado, estando sujeita a subjetividade. A importância social causada pelo ato da gravação da entrevista, a desconfiança e o receio a princípio da relação entrevistador e colaborador (entrevistado), vão aos poucos se esvaindo no processo de pesquisa. Esse fator determinante para a continuação do projeto é a especificidade no relacionamento entre entrevistador e colaborador (entrevistado), por exemplo: a entrevista com o colaborador

¹ IAJES: Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, instituição eclesíastica progressista nascida em Andradina-SP, no ano de 1970, cuja principal atuação seria a de organizar e aglomerar os movimentos populares da região nos anos de 1980.

² CEBs: É um tanto difícil precisar o que são as Comunidades Eclesiais de Base, por não se referir à uma Igreja em sua totalidade. Em suma, são grupos de pessoas divididos por bairros ou microrregiões (Comunidades) discutindo os problemas da comunidade, inspiradas da fé católica e da Bíblia (Eclesiais), com pessoas leigas (Base), inspiradas pela renovação pós-Concílio Vaticano II e na América Latina pela Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2006).

centraliza a narrativa gerando uma importância social que as pessoas comuns não estão habituadas devido à ótica social tradicionalista da história, e através destes procedimentos e estarmos alentando, devemos trabalhar com prudência no intuito de conseguir a cooperação e assentimento dos colaboradores, a nós entrevistadores.

A entrevista em História Oral é o documento escrito derivado da linguagem verbal, ou seja, a fala apreendida com a gravação eletrônica torna-se fonte oral. Portanto, a História Oral é um conjunto de fontes orais manifestadas nas entrevistas. Convém ressaltar que a apreensão da fala não é uma ação isolada, e o que é verbalizado na oralidade como risos, lágrimas, silêncios ou gestos podem ser integrados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista, sendo este um dos desafios da História Oral. Narrar as recordações que remetem ao passado, aflorando lembranças alegres e outras não, em que a emoção contida na fala ao contar sua história de vida, está presente e inserida em um contexto histórico, em que as relações sociais, políticas e econômicas eram outras, eram arbitrárias e antidemocráticas.

O estabelecimento da transcrição da entrevista é mais um procedimento na História Oral; é o processo de passagem do código oral para o código escrito, sendo portanto, complexo, cansativo e que necessita de tempo. Nesta fase, a transcrição da entrevista deve ser absoluta, ou seja, a fala deve ser transcrita integralmente, as perguntas, respostas, gestos, emoções e sons, assim como repetições são transcritas literalmente, para dar forma ao corpo documental. Ou seja, ao gravar o áudio da entrevista, realiza-se a transcrição integral do áudio, à primeira fase de transformação do código fonético para o escrito.

Após esse processo, deriva à “transcrição”, ou a adequação do discurso oral às normas do código escrito. Pode-se comparar essa última fase, aos processos de produção literária. Seria “recriação” sem perder o fato, sentimentos e percepções desse sujeito frente a determinado período e contexto histórico.

A história oral de vida é uma das possibilidades em estudar a sociedade. Sendo assim, sabemos que o procedimento possibilita uma narrativa subjetiva, mas consistente perante os fatos a serem desvendados. Desta forma, esse procedimento que trabalhamos na História Oral *transcrição* só é possível após, dados os passos analisados anteriormente (gravação da entrevista e transcrição absoluta). A transcrição se origina da necessidade de reformular a transcrição absoluta, com intuito de torná-la compreensível à leitura, pois são termos que são distintos da fala, com valores distintos do escrito. Procuramos igualar essa transformação com a transcrição, no qual palavras, frases são alterados ou acrescentados, mas sem perder sua essência, ou os valores empregados na fala e na transcrição. Procura-se recriar a atmosfera e as sensações da entrevista provocadas pelo contato; isso seria impossível se reproduzirmos palavra por palavra segundo Meihy e Holanda (2007). É importante salientar que o texto final é

submetido à aprovação do colaborador que tem a palavra definitiva na aprovação do texto que será publicado ou usado na pesquisa, por meio da carta aceite e/ ou de autorização.

Consta ainda na obra de Meihy e Holanda (2007), três conceitos que seguimos nesta pesquisa. O primeiro é a *Comunidade de Destino*, havendo dois pressupostos em sua conceituação: o primeiro de base material diz respeito à situação de grupos expostos que dão unidade ao destino das pessoas, marcam a vivência coletiva de um grupo. O segundo pressuposto de base psicológica, de gênero ou orientação (política, cultural ou sexual), diz respeito a experiências de cunho moral, dramas comuns, episódios violentos, que impõem mudanças na vida grupal, ou seja, na memória coletiva marcada pelas afinidades dos problemas e na busca de suas soluções partilhadas e inerentes aos indivíduos. Ao se pensar na História Oral, as afinidades entre os sujeitos, sejam por terem sofrido injustiças ou alegrias juntos, permitem identificar os grupos como uma *comunidades de destino*. No caso de nossa pesquisa todas as comunidades eclesiais de base (CEBs) de Andradina-SP e Três Lagoas-MS, formam grupos de destino.

O segundo conceito é o de *Colônia*. Essa é definida pelas pessoas de uma mesma *comunidade de destino* sendo a primeira divisão da mesma para facilitar o entendimento do coletivo, ou seja, o conceito de *colônia* refere-se à divisão da comunidade de destino em um grupo que atue em uma área (geográfica ou de interesse político, cultural) comum. Em nosso caso, as CEBs articuladas pelos IAJES no Alto Paraná. Contudo, podemos nesta pesquisa primeiramente realizar entrevistas com as mulheres militantes do IAJES, e posteriormente com os homens do Instituto (as colônias) e analisá-las para entendermos o conjunto dos militantes católicos do IAJES, dentro de suas especificidades.

O terceiro conceito é o de *Rede*. Esta, por sua vez, é a subdivisão da *colônia*, e o ponto zero das entrevistas. As *redes* devem ser plurais e diversas, porque as diferenças internas do grupo residem nos olhares diferentes sobre um mesmo assunto e comportamentos variados de uma mesma ação conjunta. A indicação de continuidade da *rede* deve ser derivada da entrevista anterior, quando o colaborador indica alguém para incorporar a *rede*, fortalecendo com isso o grupo. A *rede* é um grupo que atua organicamente, com laços pessoais bastante fortes e garante a unidade necessária para o estabelecimento de comparações do grupo estudado com outros grupos análogos, retirando a possibilidade de conclusões individualizadas, como ocorre, frequentemente em *estudos de caso* que servem apenas para comprovar em grupos locais, fenômenos verificados em comunidades mais amplas. Nesta pesquisa, podemos pensar o papel de homens e mulheres no Instituto, e seus trabalhos nas CEBs.

Além do recurso da História Oral, analisamos as ações de militantes católicos a partir da documentação do IAJES, datada desde meados de 1970 até por volta de 1996. Esses documentos se encontravam semi-abandonados em um rústico galpão de 180m², na cidade de

Andradina-SP, segundo recente pesquisa desenvolvida na UFMS em Três Lagoas (OLIVEIRA, 2006, p.20).

Uma senhora chamada Arlinda de 65 anos, foi guardiã desses documentos durante dez anos (1996 a 2006), sob a tutela de Fernando Santiago, ex-presidente do IAJES. Hoje esses documentos encontram-se no Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, desde meados de 2007, após acordo entre a Universidade e membros do Instituto. Em 2008, iniciou-se a organização, higienização e arquivamento dessa documentação, processo do qual esta pesquisa faz parte.

Para podermos fazer esse processo de organização, higienização e arquivamento desses documentos, utilizamos procedimentos arquivísticos³ que, consistem nos aspectos formais e de conteúdo do documento, que possibilitam a elaboração de instrumentos de pesquisa e a consequente recuperação da informação. Isso nos estimulou a criação do fundo⁴ “Giancarlo Oliveri”, sendo este dividido em GRUPOS⁵ que corresponde as grandes funções da entidade. Assim como, posteriormente, em SUBGRUPOS⁶ e SÉRIES⁷, sendo essas classificações, resultantes do trabalho de pesquisa. No entanto, estamos em um processo crescente do padrão descritivo contido no arquivo, em que o diagnóstico geral das informações condicionará as bandeiras levantadas pelo Instituto e suas preocupações políticas e sociais na região do Alto Paraná.

Convém ressaltar a diversidade dos documentos contidos no fundo “Giancarlo Oliveri”: são atas, estatutos, cadernos impressos, documentos manuscritos, fotos, boletins de formação política e social, bem como recortes de jornais da época⁸, slides, cartazes, blocos de notas, cartas, listas de remédios, imagens iconográficas dentre outras, além da biblioteca do próprio Instituto que nos foi cedida.

Celibato Clerical: História Oral do casamento dos padres na cidade de Andradina

Segundo o artigo “*A Polemica Sobre o Celibato Eclesiástico*”⁹ de Maria Rita Lino

Garnel, que discute a polêmica em torno do celibato clerical em Portugal, confrontando com o

³ Procedimentos esses homogeneizados as normas do “Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas-MS. Todos os documentos utilizados neste artigo se encontram nesse mesmo arquivo.

⁴ Seria a unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com outros arquivos.

⁵ Divisão do fundo, definida de acordo com o método estrutural ou funcional. Até o momento foram criados os GRUPOS: saúde, mulheres, trabalho, política, Igreja, economia e agrária. E é a partir daí que criaremos SUB GRUPOS e SÉRIES.

⁶ Divisão do grupo, definida em razão da complexidade estrutural ou funcional da entidade produtora de documentos.

⁷ Sequência de unidades de um mesmo tipo documental.

⁸ Ex:Jornal da Região, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

⁹http://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=casamento+de+padres&hl=pt-BR&as_sdt=2000 (acessado: 10/08/2009).

período oitocentista no Brasil, procura evidenciar ainda as fases do anticlericalismo. Assim, Garnel, defende que este foi um dos períodos de maior contestação à Igreja, e um dos momentos que as discussões acerca do celibato acentuaram-se. O celibato entende-se, segundo a autora, como a renúncia a uma realidade vital para a pessoa humana, surgindo particularmente para combater o pecado e afirmar a transcendência de Deus.

A autora destaca ainda, que a herança deixada pela bíblia, ao fazer recair a culpa do pecado original sobre Eva, ou seja, o pecado da mulher afastara o homem da realidade transcendental de uma vida paradisíaca na Cidade de Deus. A degradação da mulher, fruto do pecado de Eva conduziu a depreciação da vida sexual, e os critérios da pureza e da impureza, herdadas das culturas arcaicas, que fomentavam uma visão de corpo muito negativa, pois a vida sexual não existia no Reino de Deus.

Já no artigo “*O Amor no Casamento*¹⁰”, de Philippe Ariès, o autor destaca que a fecundidade da esposa e da mãe, e a dignidade da dona-de-casa são características constantes até o século XVIII, opuseram o amor dentro do casamento e o amor fora do casamento. Essas características variam no decorrer do tempo, mas dentro de estreitos limites, seja nos fatos, nas idéias ou no imaginário das pessoas. O autor observa ainda, que a ideologia moral expressa nos primeiros séculos da nossa era, antes da expansão do cristianismo, favorecia a procriação, o desenvolvimento da espécie como finalidade e justificação do casamento – por oposição, sem dúvida, à união livre, frequentemente praticada e não separada totalmente do casamento. Os cristãos se apropriaram de um suposto problema moral não mais como um costume, mas como a regra de um código moral. E o cristianismo herdou esse código. Pontua-se que:

Assim, o casamento se situava na interseção de um vasto domínio público e de um pequenino espaço secreto, mas secreto do que privado. O privado é um lugar fechado, retirado do mundo exterior, mas conhecido e localizado, acessível sob certas condições. O secreto é escondido como se não existisse, exceto para os poucos iniciados, é protegido pelo silêncio religioso que o cerca e que compromete os iniciados; sua revelação o destrói, ele é mais do que apenas o não-dito, o inefável (ARIÈS, p.07).

Ao mesmo tempo em que o celibato clerical era imposto na hierarquia, a Igreja moldava e impunha o casamento como controle social. Philippe Ariès em “*O Casamento Indissolúvel*¹¹”, demonstra alguns aspectos em torno do casamento, pontuando que: “*No decorrer dos séculos XI e XII, a Igreja foi levada a intervir cada vez mais diretamente nos casamentos, a fim de controlá-los e aproximá-los do modelo sacramental que estava definindo e fixando*”. O incesto talvez tenha sido a princípio uma forma indireta de controlar o casamento. Abrindo, assim, margem para a contestação da nobreza, pois os casamentos, nesse contexto visava não

¹⁰ http://bernardojablonski.com/pdfs/pos/amor_no_casamento.pdf (acessado: 10/08/2009).

¹¹ http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/casamento_indissoluvvel.pdf (acessado: 10/08/2009).

somente a fecundidade, mas também alianças políticas. Portanto, podemos pressupor ainda, que havia diferentes realidades envolvendo o casamento, casamentos de ricos e poderosos e os casamentos dos pobres ou o concubinato. Haja vista que, havia mais casamento entre os ricos e poderosos, e o concubinato entre a imensa massa pobre.

Outro fator é o casamento no campo e na cidade, segundo Philippe Ariès, a primeira razão é provavelmente as condições sócio-econômicas que no campo exercessem e exerce ainda, uma pressão em favor da indissolubilidade, e que na *urbe* ou na cidade, assim como em Roma, as pressões feitas fossem praticadas em sentido contrário, em direção ao repúdio, sem que os contemporâneos tivessem consciência de uma diferença cultural, econômica e política arraigada naquele contexto, em relação ao casamento. O autor pontua ainda que: “*A segunda razão é a mais difundida em nossos dias: foi a Igreja que impôs seu modelo de casamento, bem como suas concepções da sexualidade, a uma sociedade que podia ser recalcitrante e que, em todo caso, não dispunha de iniciativa, e suportava*”.

Philippe Ariès aponta ainda, uma terceira interpretação. Oposta a segunda mais não a primeira. Enfatizando que: “*A coerção não foi imposta a partir do exterior, por uma potência estranha como a Igreja, mas foi aceita e mantida pelas próprias comunidades. Se houve passagem do repúdio à indissolubilidade, foi uma passagem desejada, se não totalmente consciente*”.

Assim, podemos pressupor que a própria Igreja não conseguia controlar totalmente as ordenações sobre o casamento, o concubinato e do celibato clerical, segundo Philippe Ariès: “[...] *o casamento indissolúvel é uma criação espontânea das coletividades rurais, escolhida por elas, independentemente de pressões externas, mas que coincidiu com o modelo eclesiástico e foi confortada por esse encontro, talvez aleatório*”. O autor destaca ainda que:

Se a Igreja tivesse sido obrigada a combater uma resistência tão teimosa com o mesmo sucesso, parece-me que o combate teria deixado alguns traços. Realmente temos uma idéia do combate travado pela Igreja para impor o respeito aos impedimentos de consangüinidade, ou para impor aos padres seculares, aos serventuários (ARIÈS, p. 09).

Convém lembrar, que os séculos XI e XII foram determinantes para a Igreja Católica Apostólica Romana, devido à organização da Teologia e do Direito Canônico. Juntamente a isso, a Reforma Gregoriana, a hierarquia eclesiástica foi objeto de uma formulação, com o controle centralizado no papa. Ocorre também, o nascimento de novas ordens monásticas e o eremitismo, segundo Jônatas Batista Neto (1989)¹². E nesse contexto, duas práticas da Igreja interessam fundamentalmente à pesquisa que estamos desenvolvendo: o *nicolaísmo*; e a *simonia*.

¹² NETO, Jônatas Batista. **História da baixa idade média (1066-1453)**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

Segundo Jônatas Batista Neto (1989), no século XI o direito Canônico era claro em sua proibição ao casamento dos padres. Porém, não era totalmente cumprido, principalmente pelo baixo-clero, cuja disciplina não era a desejada. Muitos padres paroquianos no meio rural tinham esposas ou companheiras. Isso muitas vezes levou os padres negligenciarem as suas obrigações religiosas, e a se envolver em escândalos. O casamento ou o concubinato dos padres (o *nicolaísmo*) levava os padres a favorecer seus filhos, na passagem de terras da Igreja ou cargos de sua hierarquia, como se fosse hereditário, evidenciando a preocupação dos clérigos com a propriedade.

A *simonia*, era a compra e a venda desses cargos eclesiásticos, pois o clero da Igreja era formado pela nobreza ou pela pequena nobreza, que pagavam para príncipes leigos com influência para subir de cargo, vendo assim seus cargos sendo preenchidos por homens indisciplinados e políticos. A simonia era um forte problema da Igreja naquela época, e com a organização da reforma, a Igreja tinha que eliminar ou diminuir a interferência laica na sua hierarquia (NETO, 1989).

O conflito entre paróquias e Igrejas no século XI, se fazia constantemente, e não havia ainda Cortes eclesiais, assim o casamento dos padres não constituía um comprimento amplo por parte de seus membros. Porém, quando o processo de centralização da Igreja avança, o papa assume como monarca e a Reforma Gregoriana progride. As coleções de Direito Canônico se difundem paralelamente, com o objetivo de governar as relações entre membros da Igreja e o mundo secular (os leigos), bem como entre estas. A influência do Direito Romano ajudou o papa a organizar organicamente um sistema para servir a Cristandade e a Igreja. Assim, a organizou como uma sociedade teocrática.

Segundo Jônatas Batista Neto (1989), Pedro (o Lombardo), e Graciniano foram os sistematizadores da Teologia e do Direito Canônico. Pedro, o Lombardo, escreveu “*Summa Sententiarum* (1148-1150)”, com assuntos de natureza teológica, como, por exemplo, a Trindade, a Criação, a Encarnação, as virtudes, os sacramentos e o pecado. O autor pontua ainda, que foi Lombardo que definiu o sistema sacramental, estabelecendo sete sacramentos: a missa; o batismo; a confirmação; a extrema-unção; a penitência; a ordenação; e o casamento. Destaca-se ainda que:

[...] O casamento foi o último sacramento a ser reconhecido, e isso em virtude da tradição ascética do Cristianismo que via no celibato uma condição superior. Só no século XIII é que a Igreja conseguiu impor à sociedade cristã o seu modelo de casamento monogâmico e indissolúvel que deveria durar até nosso tempo. Historiadores contemporâneos, como Philippe Ariès, pensam que as comunidades camponesas aceitaram mais facilmente esse tipo de instituição, enquanto a aristocracia leiga, para a qual as alianças matrimoniais tinham um forte caráter político, quis conservar para o homem o direito de repudiar a mulher e contrair novas núpcias. Outro sacramento que merece a nossa atenção é o da penitência, por que também corresponde a uma evolução social significativa. A partir do século XI a Igreja passa e recomendar confissões frequentes, para qualquer tipo de pecado. Dessa forma, crescem sua

influência sobre os espíritos e, conseqüentemente, sua ascendência sobre a sociedade. A Igreja geralmente recomendava jejuns aos pecadores, os quais se libertavam de suas culpas abstendo-se de carne. Outras formas para a penitência eram doações para mosteiros, para a construção de uma nova catedral ou para o financiamento das Cruzadas [...] (NETO, 1989, p. 55).

Segundo Edlene Oliveira Silva (2008)¹³, no Concílio de Latrão de 1123 foi institucionalizado o casamento religioso para os laicos e do celibato clerical para o clero latino como obrigatoriedade, se confirmando no IV Concílio de Latrão em 1215. No Concílio de 1215, a Igreja reduziu ainda, do sétimo para o quarto grau de consanguinidade que tornava o casamento passível de anulação. No início do século XIII, a Igreja já havia organizado, em Roma, uma sofisticada administração central, para influir na Cristandade como um todo, e para controlar o recebimento de suas rendas. A influência papal se difundiu no envio de legados a todas as partes da Europa, uns para guiar as cruzadas, e outros para dar apoio espiritual a governantes. Para administrar todos esses recursos, surge a *Camara*, a seção financeira do sistema Canônico. Dispondo de alguns funcionários, como camaristas, tesoureiros e assistentes, todos clérigos. As somas reunidas por toda a Europa eram transferidas pelos Templários. A organização de uma administração central da Igreja romana influenciou toda a Europa, contribuindo, assim, para organização das monarquias feudais, segundo Jônatas Batista Neto (1989).

No curso da história, o Concílio de Trento (1545-1563), representava e talvez ainda represente o ideal da ortodoxia eclesiástica. Dessa forma, o celibato se fortaleceu, bem como o modelo de sacerdócio santificado, sob aspectos de pureza e impureza e da verdade, como pontuamos anteriormente, mas que no concílio tridentino ganha força, avançando ainda mais no contexto da Contra Reforma. O Concílio tridentino, formalizaram as funções sacerdotais, ratificando a importância da obediência e da ordenação à hierarquia clerical, com intuito de estreitar ainda mais as relações entre clérigos e leigos. No texto tridentino se destaca o caráter privativo dos sacerdotes ordenados, que eram voltados para o sacramento e para os ritos sagrados (NETO, 1989).

Convém ressaltar, que a Igreja Católica contemporânea, ainda mantém os preceitos e as Ordenações tridentina. Porém, ocorreram mudanças efetuadas em seu organismo, no Concílio Vaticano II (1962-1965), que alterou questões litúrgicas, mas manteve o celibato clerical, foi um desses momentos de transformação. Isso caracteriza o poder simbólico sob o prisma de purificação (NETO, 1989). Segundo Pierre Bourdieu¹⁴ (1974), há uma relação oposta entre poder religioso e poder político, mas ao mesmo tempo essa relação se justapõe. E no contexto de uma

¹³ SILVA, Edlene Oliveira. **Entre a Batina e a Aliança**: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil. Brasília, tese de doutorado da Universidade de Brasília, 2008. link: http://btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/33/TDE-2008-10-06T152235Z-3201/Publico/2008_EdleneOliveiraSilva.pdf (acessado em: 08/10/2009).

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

Igreja libertadora, embasada na Teologia da Libertação¹⁵ que é o caráter do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), é possível verificar as disputas dentro do campo religioso com as estruturas dominantes dentro e fora da Igreja, como se pode observar em relação ao casamento dos padres na cidade de Andradina-SP, questão que estamos abordando nesta pesquisa. Portanto, a mesma Igreja que luta por um “ser” pleno na sociedade, sem injustiças sociais, a favor da igualdade, pregando o amor e a paz entre os sujeitos, contesta as relações conjugais dos membros do seu clero, inquietando as comunidades de base. As relações dentro do campo religioso estabelecidas pela Igreja, são reflexos das frações dominantes das estruturas das relações de classe que contribuem para manter a ordem política, por meio da reprodução da ordem religiosa. Porém, tal relação não elimina os conflitos entre poder político e religioso, assim como há conflitos dentro do campo religioso e do campo político (BOURDIEU, 1974).

Na entrevista com a colaboradora Bel do PT¹⁶. Ela relatou que em 1975 veio trabalhar no IAJES, após se formar em Serviço Social na cidade de Lins-SP, com grande influência do Historiador e Teólogo “Jose Oscar Beozzo” por este ser da diocese da mesma cidade e estar ligado ao grupo de jovens. Em constante dialogo com Beozzo, Bel do PT ressalta que, em uma dessas conversas, abordaram quais seriam as possibilidades de um padre “casado” continuar no trabalho eclesiástico na Igreja. Observamos, portanto, pontos de atrito entre campo político e do campo religioso.

Bel do PT contou que o bispo de Lins Dom Pedro Paulo Cope apoiava o casamento dos padres por meio do voto das comunidades. Dessa forma, Isabel Prates Oliveri (Bel do PT) e Giancarlo Oliveri, criaram vínculos afetivos um pelo outro, e decidiram com o apoio de Beozzo e Cope, a fazer uma assembléia, onde todas as comunidades decidiram, por meio de votos, se os padres que faziam parte do IAJES e da diocese de Andradina-SP poderiam se casar e continuar fazendo o trabalho eclesiástico-pastoral. E todas as comunidades de base do município decidiram que os padres poderiam se casar e continuar na Igreja. Neste mesmo ano (1975) Bel do PT e Giancarlo Oliveri selaram os laços matrimoniais e efetivaram ainda mais a luta pelos pobres e oprimidos da região¹⁷. Consta ainda na entrevista com Bel do PT, que seu marido sempre

¹⁵ A Teologia da Libertação começou a ser gestada na América Latina a partir das interpretações do Concílio Vaticano II, em 1963, com preocupações sociais, econômicas, políticas e culturais, e seu ponto chave de desenvolvimento intelectual foi a conferência de Gustavo Gutierrez em julho de 1968, em Chimbote, Peru, remetendo com isso a ruptura entre as práticas desenvolvimentistas e de libertação. A Teologia da Libertação teve forte influência na Igreja católica brasileira. Foi quando ocorreu uma abertura da Igreja propiciando uma maior aproximação das culturas locais, baseando-se na experiência histórica do povo e ouvindo suas comunidades de base (OLIVEIRA, 2006).

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia: trajetória e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina dos anos de 1990.** Dissertação de mestrado, UEM, 2006.

¹⁶ DOCUMENTO 1: Entrevista formal realizada dia 29/10/2008 às 08h00min da manhã, na residência da colaboradora Maria Isabel Prates Oliveri (Bel do PT), de 61 anos de idade, na cidade de Três Lagoas-MS.

¹⁷ Sabemos que além do casamento entre Bel do PT e Giancarlo Oliveri, houve ainda o casamento do Pe. Jose Vanin, e posteriormente, casou-se também o Pe. René Parrens, e foram morar os três casais juntos no mesmo lugar.

defendeu o casamento dos padres, e ele não fazia questão de fazer batizado e casamentos, enquanto que de forma oposta, o que Giancarlo Oliveri fazia questão, era do trabalho com as comunidades eclesiais de base, por ser aquilo que realmente fazia as pessoas através do evangelho pensar um pouco mais, pensar o mundo, pensar em toda aquela ingenuidade diante da ditadura militar.

Devemos ressaltar que mesmo com o voto das comunidades autorizando o casamento dos padres, a Igreja atendeu também a seus setores reacionários e enviou a Andradina um padre novo, o padre Oridis. Segundo entrevista com Belkiss Maria Maciel Kudlavicz¹⁸, houve uma contestação da classe média andradinense, ao considerar que:

Andradina passou por uma crise muito grande por que as três paróquias que tinham em Andradina, os três padres casaram, a uma mudança na Igreja, padre novo, viro um balaio de gato por que o pessoal da classe média não gostava da linha da Igreja, e usava disso contra o povo, o pessoal ligado ao Curtini esse pessoal tinha o horror da gente, dos padres, do IAJES, de tudo por causa dessa linha vamos dizer mais de libertação, e que aproveitaram os casamentos dos padres para jogar o povo contra nós, e foi um período muito difícil, por que isso pesava para o povo, por que o povo é assim: se o Papa falar que o padre pode casar o povo aceita normal, mas como o Papa não falou que os padres podiam casar, era uma questão que incomodava o povo, não a linha de trabalho deles que para o povo estava ótima, estava fazendo trabalho preocupado com eles, voltado para eles, mas nesse aspecto religioso pesava muito. Mas o padre Oridis era um padre já mais de idade, e foi pra Andradina vamos dizer para tentar colocar um pano quente e acalmar esse lado mais eclesial (2008, p. 07).

Outro artigo que realizamos a leitura para desenvolvermos este projeto foi “A Construção do Celibato Clerical: Da Influência “Pagã” à Disciplina do Poder Pastoral¹⁹” de Luciano R. Pinto, abordando a construção que a Igreja organizou e configurou os papéis de pastor e ovelha por meio de um processo de individualização na qual a “perfeição” é atingida com a supressão da própria vontade. O homem ocidental recebe tal influência que promoverá o pessimismo sexual que será radicalizado na proibição ao casamento de seus pastores. O celibato eclesiástico é o resultado de uma moral disciplinar que objetiva o governo os homens, segundo Luciano R. Pinto. O autor destaca ainda que:

Recentemente um sacerdote católico desenvolveu uma ampla pesquisa em relação à situação da sexualidade dos sacerdotes católicos no Brasil. Sua pesquisa foi publicada com o nome “Um espinho na carne”, lançado em 2001. Nele Gino Nasini aponta para alguns dados indiciantes desta realidade: 77% dos padres ouvidos disseram ter conhecimento de algum tipo de contato sexual, abusivo ou não, entre os sacerdotes de sua diocese. Destes, 35% foram com parceiros do mesmo sexo, 50% com mulheres, 12% com adolescentes, 2% com freiras e 1% com crianças. Apenas 20% dos entrevistados conseguiram reverter a situação e continuaram a ser padres, outros 23% deixaram o sacerdócio, 21% mantiveram uma mesma

Os problemas e conseqüências de tais fatos serão abordados em outra ocasião, após coletarmos informações mais detalhadas sobre o assunto.

¹⁸ DOCUMENTO 2: Entrevista formal realizada no dia 01/12/2008 às 08h00min da manhã, na residência da colaboradora Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, de 59 anos de idade, na cidade de Três Lagoas-MS.

¹⁹ <http://www.novahistoria.com.br/artigos2009/celibato.doc> (acessado: 10/08/2009).

relação por no mínimo 3 anos, 32% ainda mantém algum tipo de relacionamento sexual e 4% após um intervalo de tempo voltaram a ter vida sexual ativa. Entre decretos e excomunhões os padres católicos nunca deixaram de se relacionar afetiva e sexualmente. Hoje, parte daqueles que deixaram o ministério e se casaram estão organizados em associações como o *Movimento de Padres Casados* no Brasil, o *Movimento pelo Celibato Opcional* da Espanha [...] (NASINI *apud* PINTO, 2009, p. 27).

Tendo em vista esses dados, e o poder simbólico exercido sobre os clérigos desde o período medieval, que atravessou séculos sendo questionada, sendo talvez o motivo do êxodo sacerdotal com o abandono do ministério na América Latina e do mundo no século XX. Assim, os debates desenvolvidos no Concílio Vaticano II abriram possibilidades para consultar a opinião eclesiástica sobre vários assuntos. Apesar do celibato não ser revogado, o Concílio estabeleceu mudança na forma de tratar os padres que desejavam o casamento, pois suprimiu penalidades graves como a excomunhão, bem como os padres casados poderia, a partir de então, frequentar as missas ou receber os sacramentos, segundo Edlene Oliveira Silva (2008). Sabemos que a polêmica que circunda o casamento de padres na sociedade e no próprio sistema católico são reflexos de um sobre outro e em si, pois a questionamentos em ambos os lados desde o século X, como apresentamos anteriormente, e que permanece ainda hoje. Acreditamos que no Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), o debate sobre o casamento dos padres, acentuou-se com influência direta do Concílio e da Teologia da Libertação, e sucessivamente há uma América Latina manchada pela Ditadura Militar, que foi impiedosa com seus questionadores, e no Brasil não foi diferente. Porém, mesmo com as torturas, os assassinatos e a violência imposta pelo Exército durante as décadas que permaneceu não impediu o fortalecimento e a organização popular. A Igreja a princípio, apoiou os militares e o golpe militar, mas após ver se como alvo de ataque dos próprios militares e a crueldade destes com povo, tornou-se palco para a organização popular. E Andradina-SP, e os grupos sociais do IAJES fizeram parte desse cenário desde sua gestação em 1970²⁰ até 1996. Portanto, inserido no contexto de ditadura militar (1964-1985) e libertário da Igreja Católica, subvertendo os militares no poder com os movimentos sociais que organizou e a hierarquia da Igreja com o casamento de seus padres.

Para entendermos esse processo revolucionário de âmbito político e religioso na cidade de Andradina por meio de seus padres e da população organizados em grupos, contamos com o importante acervo documental produzido pelo próprio IAJES para a preservação de sua memória. Com apoio efetivo das CEBs e das comunidades de bairro organizando em conjunto com o IAJES, assim como os movimentos populares do Instituto.

²⁰ O recorte cronológico desta pesquisa é de 1970 a 1985.

Esse trabalho com as fontes nos permite recuperar informações do período da idealização e materialização do IAJES. O Relatório das Atividades do IAJES de 1969²¹, aponta que um grupo de leigos, pertencentes à Paróquia Jesus, o Bom Pastor, da vila Pereira Jordão, foram motivados pelo pároco e pela Assistente Social Maria José para os inúmeros problemas que surgiam na Vila Pereira Jordão, bem como em suas adjacências. Depois de alguns estudos, observou-se, que mais do que uma construção de um Templo ou uma Igreja, era necessário criar um sentimento de “Cooperação Comunitária”, e que tornasse possível a não marginalização das pessoas que viviam no bairro Pereira Jordão. Foi então quando surgiu a idéia de contruir um Centro Comunitário, criando condições para a promoção integral das pessoas que seriam abrangidas pelo Centro. Os horizontes se abriram e viu-se a necessidade de uma Escola de Iniciação Profissional, e logo depois de um Centro Cultural, ambos com intuito de contribuir com a promoção social da pessoa humana, que estavam em condições de exclusão. Foi então quando surgiu a idéia de criar um “Instituto Administrativo”, para se responsabilizar por todos os projetos de promoção humana.

Conta ainda no relatório, que este grupo foi composto por cerca de vinte pessoas, e como foi o início, não tinha nenhum registro. Essas pessoas começaram a trabalhar e compraram um terreno de 2.133 m², para ser pago em quatro meses. Com a compra do terreno, o Instituto, lançou campanhas, fizeram quermesses e fizeram uma lista de donativos para poderem realizar a construção de um Salão medindo 13 x 24, servindo de sede para o Centro Comunitário. Tudo isso teve início no dia 14 de setembro de 1969. Em dezembro, foi possível abrigar os moradores do bairro Pereira Jordão, pra reuniões sociais, festivas, culturais e promocionais do Centro Comunitário. Em novembro deste mesmo ano, foi organizado o “Grupo de Voluntários e Visitadoras”, ao todo eram quinze pessoas, para atender o problema social e assistencial do bairro. Ainda em novembro, foi formada uma “Equipe de Casais”, que começou a orientar e formar os jovens que iam se casar, essa equipe a princípio era formada por cinco casais. Organizou-se ainda, o “Grupo Jovem do Pereira Jordão”, que na época continha cerca de quarenta jovens, para incentivar a parte esportiva, educacional e cultural do bairro.

A inauguração do Salão Comunitário, foi na noite de Natal de 1969, em que o grupo promoveu uma confraternização entre os moradores do Pereira Jordão, denominada “Noite da Pipoca do Natal”, pois o coquetel foi pipoca e refresco, e segundo a fonte compareceram cerca de quinhentas pessoas.

Outro relatório que encontramos, retrata a mentalidade e a filosofia de trabalho do Instituto no seu primórdio, mas que permaneceu nos largos anos de sua trajetória. Convém

²¹ DOCUMENTO 3: “IAJES – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES (1969)”, que se encontra no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

observar que mudanças ocorreram neste caminho, porém, a preocupação com as pessoas comuns da sociedade que estavam sendo marginalizadas, excluídas e oprimidas permaneceu, pois o Instituto sempre esteve a serviço e a favor da população. Seja a princípio no bairro Pereira Jordão como estamos vendo, ou quando começou a fazer no final da década de 1970 o mesmo trabalho social na região do Alto Paraná.

Este relatório²², reflete a preocupação do Instituto de fazer um trabalho para despertar os moradores para melhorias básicas de existência para a condição humana, como, por exemplo, água, energia e higiene para o bairro. Foram realizadas, nove reuniões com grupos de famílias e duas assembléias de bairro, atingindo cerca de mil adultos. Ocorreu também, a campanha de “Amigos Cooperadores”, que contribuiriam mensalmente em quantias em dinheiro para o Centro Comunitário, inscreveram-se entorno de quarenta famílias.

Nas tardes de domingo, o Grupo de Jovens estava organizando festas, brincadeiras dançantes e jogos de mesa no Centro, cuja participação variava entre cinquenta e duzentas pessoas. O Grupo de Jovens, foram também, orientados pela Professora da comunidade, Dona Erandy, para ensaiar e apresentar a peça “Drama da Paixão” na semana Santa. No dia 27 de março de 1970, ocorreu a apresentação da peça, tendo o Salão Comunitário totalmente lotado, e o sucesso foi tanto que apresentaram por duas vezes.

No dia 26 de abril foi formado um “Grupo de Promoção Humana”, entre os homens que frequentavam o Centro Comunitário, sendo composto a princípio por dezoito homens. Ocorreu ainda nesse mes, um “Churrasco Beneficiente”, e uma festa comunitária no dia das Mães.

Um fato que nos chamou a atenção neste documento que estamos analisando, foi a campanha e o multirão para a construção da casa de um morador do bairro Pereira Jordão, a casa do Sr. Faus, que havia sido devorada pelo fogo a tempos atrás. Isso mostra que mesmo o Instituto ser voltado para benefício do bairro e da comunidade em forma de cooperação, esse ato nos evidencia outra característica do Instituto, que é ajudar o indivíduo por meio da comunidade, da solidariedade, demonstrando que o desenvolvimento do coletivo e do indivíduo se faz em comum, em ajuda mútua, e que a organização do povo os levava a avanços e conquistas individuais, e não individualizadas, nem tão pouco individualizantes.

Outro aspecto da filosofia do Instituto, que podemos observar desde seu afloramento, é a preocupação com a formação do sujeito. Promovendo “Cursos de Orientação Familiar”, ministrados por casais que frequentavam o Centro, “Curso para Jovens”, com o tema: “Problemas Brasileiros”; sendo orientado por uma equipe de professores secundários. Houve

²² DOCUMENTO 4: “IAJES – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES (1970)”, que se encontra no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

ainda, o “Curso de Orientação Médica” para os jovens, sendo ministrado por três médicos da cidade de Andradina-SP. Realizaram também, os curso de “Relações Humanas”, “Madureza Ginásial”, de alfabetização “Mobral”, assim como dias de estudo e debate sobre “Consciência Comunitária”, sob a orientação do Pe. Patrício Denovam, e dos dias de estudo para jovens, sob a orientação da Prof. Adriana Chaves, visando uma formação psicológica do jovem na família, na escola e na sociedade. Além disso, foi organizado naquele ano, a “Semana da Concientização Política”, que contou com a participação de todos os candidatos a cargos eletivos na região, como, por exemplo, os Deputados: Antonio Morimoto; Sinval Antunes; Jorge Maluly Neto; Ronaldo Blanco; e Fastino Jaruche, cerca de duzentas pessoas participaram desta semana.

No dia 06 de setembro de 1970, data da Assembleia Geral para a Aprovação dos Estatutos e Eleição do Conselho do “Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor”, assumindo definitivamente o destino do Centro Comunitário. Portanto, a uma unificação do Instituto Administrativo, com o Centro Comunitário, criando assim o IAJES. Nesse sentido, Maria Maciel Kudlavicz²³, destaca ainda que: *“Naquela época o IAJES era um instituto de um bairro em Andradina! O instituto se chamava ‘Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor de Andradina’, por que Jesus Bom Pastor era uma comunidade católica do bairro “Pereira Jordão”. E foi nessa comunidade que eles fundaram a entidade IAJES”*. Consideramos esta data, como marco de afirmação do IAJES enquanto organização política-social-religioso na cidade de Andradina. Segue abaixo o “Estatuto do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES)”²⁴.

CAP. 1º – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E PATRIMÔNIO

ART. 1 – Fundado pela Igreja Católica de Andradina a 06 de setembro de 1970, o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor – IAJES, com sede e foro na mesma cidade, é uma Entidade Civil, de fins assistenciais, promocionais e educativos, e passa a se reger pelos presentes Estatutos, na forma prevista pela legislação civil em vigor.

ART. 2 – O IAJES, enquanto for reconhecido para este fim pelo Bispo Diocesano de Lins, tem como finalidade precípua a coordenação de toda a ação social ligada as comunidades de base da Igreja Católica de Andradina, nos campos da Assistência, Promoção Humana e Educação Popular, como também a administração de todos os bens materiais necessários para este fim.

ART. 3 – O IAJES tem como princípio fundamental a promoção e a libertação da pessoa, da família e da comunidade, sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso e condição social.

²³ DOCUMENTO 2: Entrevista formal realizada no dia 01/12/2008 às 08h00min da manhã, na residência da colaboradora Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, de 59 anos de idade, na cidade de Três Lagoas-MS.

²⁴ DOCUMENTO 5: “Estatuto do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, Andradina-SP, 31 de maio de 1989”. Convém ressaltar, que encontramos o Estatuto de 1989, talvez tenha ocorrido estreitas alterações desde 1970, cabe a nós continuar o trabalho com as fontes documental e oral, para sabermos se houve ou não alteração. Porém, acreditamos que na essência e na filosofia de trabalho, o IAJES permaneceu desde sua gestação, assim o Estatuto evidencia a amplitude e o modo de ser IAJES. Registros: C.R.I.A. estatutos nº 154; D.O.T. Sec. Prom. Social nº 242/ 70; C.D.C. Sec. Prom. Social 2.522/ 71; Isenção do IMP. RENDA Proc. 303/ 70 Ato Declarar. DRF – 81.000 10/ 70; C.N.S.S. (MEC) Reg. Proc. Nº 259.110/ 71; FILANTROPIA: Proc. Nº 235. 796/77; UTIL. PUBL. MUNICIPAL LEI nº 807/ 76; UTIL. PUBL. ESTADUAL LEI nº 3.122; UTIL. PUBL. FEDERAL Proc. Nº 53.634/ 73.

ART. 4 – O IAJES tem seu patrimônio constituído dos bens existentes em dinheiro, imóveis, veículos, móveis e pelo crescer em donativos, subvenções e outras formas de colaboração.

ART. 5 – O IAJES não distribui dividendos. Aplicará toda sua renda na ação assistencial, promocional e educativa junto às camadas populares, e o saldo caso houver, na obtenção de novas fontes de renda, para melhor cumprir sua finalidade.

ART. 6 – Com o fim de cumprir suas finalidades, o IAJES organizará e manterá as dependências e departamentos que se fizeram necessários, que se regerão por regulamentos específicos aprovados pelo conselho.

CAP. 2º – DOS MEMBROS E DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 7 – Consideram-se membros efetivos do IAJES todas as pessoas que contribuem para o conseguimento de suas finalidades, colaborando regularmente com trabalho ou ajuda financeira.

ART. 8 – Os membros não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

ART. 9 – A administração do IAJES, de acordo com estes Estatutos e seu Regimento Interno, é gerida por um Conselho de representantes das Comunidades Eclesiais de Base e por uma Diretoria composta de seis membros, tendo como última instância a Assembléia Geral dos membros.

ART. 10 – Os Cargos do Conselho e da Diretoria só poderão ser ocupados por pessoas pertencentes a Igreja Católica, Apostólica, Romana, e que não façam parte de entidades ou organizações desaconselhadas pela mesma

§ ÚNICO – Nenhum membro da Diretoria ou do Conselho percebem (recebem) vencimentos.

ART. 11 – As atividades do Conselho e da Diretoria serão assessoradas por representantes da Equipe Pastoral de Andradina, escolhidos de acordo com o Conselho do IAJES.

CAP. 3º – DO CONSELHO

ART. 12 – O Conselho do IAJES será composto por um representante de cada Comunidade Eclesial de Base reconhecida como tal pelo Bispo Diocesano. Os conselheiros, eleitos ou indicados pela comunidade, poderão ser substituídos, a critério da mesma, sempre que necessário.

§ ÚNICO – O Conselho elegerá seu presidente, que será seu representante oficial e presidirá suas reuniões.

ART. 13 – O Conselho se reunirá obrigatoriamente cada dois meses, e facultativamente quantas vezes for necessário, por convocação de seu presidente ou da maioria dos conselheiros.

§ ÚNICO – Por maioria absoluta dos votos poderá modificar estes Estatutos, sempre com a aprovação da Assembléia Geral.

ART. 14 – Compete ao CONSELHO:

- a. autorizar ou dar parecer sobre despesas extraordinárias.
- b. opinar sobre campanhas financeiras e sobre os planos de trabalho do IAJES.
- c. aprovar ou não o relatório financeiro e das atividades, apresentando anualmente pela diretoria.
- d. criar os departamentos que se fizeram necessários e elaborar seus projetos de funcionamento.
- e. cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e seu regimento interno.
- f. eleger a nova diretoria do IAJES ou reconduzir a mesma.
- g. convocar a Assembléia Geral dos membros.

CAP. 4º – DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ART. 15 – A diretoria administrativa, eleita pelo conselho, será composta de um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros. A duração de seu mandato será de dois anos.

§ ÚNICO – Caso haja departamentos, haverá um diretor para cada um deles.

ART. 16 – Compete ao PRESIDENTE:

- a. cumprir e fazer cumprir estes Estatutos.
- b. representar o IAJES em todos os atos administrativos, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente.
- c. apresentar ao conselho e a Assembléia Geral os planos e relatórios das atividades.

- d. supervisionar todo o movimento financeiro de entrada e saída feito pela tesouraria.
- e. atender às requisições de material para o cumprimento dos fins do IAJES.
- f. visar e assinar cheques com um dos tesoureiros, adquirir e tomar compromissos, precisando da autorização do conselho nos casos extraordinários previstos pelo Regimento Interno.
- g. fiscalizar os serviços sociais do IAJES e sugerir medidas cabíveis para sua melhor eficiência.

ART. 17 – Compete ao VICE-PRESIDENTE:

Substituir o presidente em seus impedimentos ou ausências e assumir o cargo em caso de afastamento definitivo do presidente.

ART. 18 – Compete aos SECRETÁRIOS:

- a. secretariar as reuniões e redigir as competentes atas.
- b. publicar todas as notícias das atividades do IAJES.
- c. elaborar os relatórios das atividades, em conjunto com os demais membros da diretoria.
- d. atender as correspondências.
- e. preparar e manter em dia a relação de membros do IAJES.
- f. substituir o vice-presidente em seus impedimentos.

ART. 19 – Compete aos TESOUREIROS:

- a. arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas de qualquer tipo, donativos em dinheiro ou em espécies, mantendo em dia a escrituração toda comprovada.
- b. pagar todas as contas e ordenados dos empregados com pontualidade e autorizar as despesas, sempre com visto do presidente.
- c. apresentar relatórios de receita e despesa sempre que forem solicitados e anualmente submetê-los ao conselho.
- d. visar e assinar cheques com o presidente.

CAP. 5º – DA ASSEMBLÉIA

ART. 20 – A Assembléia Geral dos membros do IAJES será convocada anualmente para opinar acerca das atividades e da vida do IAJES, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário, por convocação do conselho.

§ ÚNICO – Sua convocação se fará pessoalmente e pela imprensa, com oito dias no mínimo de antecedência.

ART. 21 – Compete à ASSEMBLÉIA:

- a. tomar conhecimento do relatório anual, aprovado ou não pelo conselho.
- b. aprovar ou não a reforma ou emenda dos estatutos apresentados pelo conselho.
- c. discutir qualquer assunto de interesse do IAJES.

CAP. 6º – DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 22 – O IAJES tem prazo ilimitado de duração, respondendo civilmente por todos os compromissos assumidos com terceiros, na forma de lei em vigor.

ART. 23 – Para alienar, hipotecar ou gravar qualquer bem imóvel do IAJES necessita-se da autorização expressa da Assembléia Geral, com anuência do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

ART. 24 – Em caso de extinção do IAJES e o seu patrimônio social reverterá em benefício de uma instituição congênere que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

Considerações finais

O IAJES foi um Instituto que em seus vinte e seis anos de luta conseguiu unificar as paraquias na cidade de Andradina-SP e Três Lagoas-MS, e na região do Alto Paraná, por meio das Comunidades Eclesias de Base (CEBs), agrupando movimentos populares em diversos seguimentos da sociedade no período militar brasileiro de 1964 a 1985.

O processo de idealização e gestação do Instituto, assim como sua filosofia de trabalho foi sempre em favor das pessoas comuns que estavam a margem da sociedade nesse

período de injustiças sociais, econômicas e políticas. Assim, o IAJES, trabalhava na intenção da promoção social da “pessoa humana”, na formação e na transformação da consciência de forma crítica e em prol da coletividade.

A questão do celibato clerical desde o século X até os dias atuais geram inquietações no organismo social e na hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana, pois a contestação do modelo e da imposição do celibato, bem como o não cumprimento das ordenações de castidade com a negação da sexualidade transcorre onze séculos.

Os padres casados na cidade de Andradina, talvez tenham sido influenciados a subverterem a hierarquia da Igreja Católica ao se casarem, pela Teologia da Libertação que estava em uso no período militar brasileiro e na América Latina. Assim, o IAJES subvertia tanto a Igreja quanto o Regime Militar.

Nesse sentido, outra entrevista nossa realizada com o ex-padre e militante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Mieczslau Kudlavicz²⁵. Para ele a proibição e a imposição da Igreja ao celibato clerical, estimula o homossexualismo e a pedofilia nos seminários católicos, bem como distancia os mais jovens que têm a vontade de se tornarem padres a seguirem o caminho religioso, sendo esse um dos grandes problemas da atual Igreja Católica, e ressalta ainda, que se acabasse com o celibato, a Igreja acabaria com esses problemas. Convém ressaltar que tais problemas apresentados neste artigo permeiam a sociedade e a hierarquia reacionária da Igreja Católica. Assim cabe a nós aprofundar ainda mais o conhecimento para verificar possíveis afirmações e solucionar novos problemas desta pesquisa.

Referências

ARIÈS, Philippe. **O Amor no Casamento**. http://bernardojablonski.com/pdfs/pos/amor_no_casamento.pdf (acessado: 10/08/2009).

ARIÈS, Philippe. **O Casamento Indissolúvel**. http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/casamento_indissoluvvel.pdf (acessado: 10/08/2009).

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

DOCUMENTO 1: Entrevista formal realizada dia 29/10/2008 às 08h00min da manhã, na residência da colaboradora Maria Isabel Prates Oliveri (Bel do PT), de 61 anos de idade, na cidade de Três Lagoas-MS.

DOCUMENTO 2: Entrevista formal realizada no dia 01/12/2008 às 08h00min da manhã, na residência da colaboradora Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, de 59 anos de idade, na cidade de Três Lagoas-MS.

²⁵ DOCUMENTO 6: Entrevista formal realizada no dia 30/07/2009 às 08h00min da manhã, na residência do colaborador Mieczslau Kudlavicz, na cidade de Três Lagoas-MS.

DOCUMENTO 3: “IAJES – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES (1969)”, que se encontra no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

DOCUMENTO 4: “IAJES – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES (1970)”, que se encontra no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

DOCUMENTO 5: “Estatuto do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, Andradina-SP, 31 de maio de 1989”. Registros: C.R.I.A. estatutos nº 154; D.O.T. Sec. Prom. Social nº 242/ 70; C.D.C. Sec. Prom. Social 2.522/ 71; Isenção do IMP. RENDA Proc. 303/ 70 Ato Declarar. DRF – 81.000 10/ 70; C.N.S.S. (MEC) Reg. Proc. Nº 259.110/ 71; FILANTROPIA: Proc. Nº 235. 796/77; UTIL. PUBL. MUNICIPAL LEI nº 807/ 76; UTIL. PUBL. ESTADUAL LEI nº 3.122; UTIL. PUBL. FEDERAL Proc. Nº 53.634/ 73.

DOCUMENTO 6: Entrevista formal realizada no dia 30/07/2009 às 08h00min da manhã, na residência do colaborador Mieczslau Kudlavicz, na cidade de Três Lagoas-MS.

GARNEL, Maria Rita Lino. **A Polemica Sobre o Celibato Eclesiástico**. http://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=casamento+de+padres&hl=pt-BR&as_sdt=2000 (acessado: 10/08/2009).

MEIHY, J. C. S. Bom; HOLANDA, F. **História Oral: Como fazer como Pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

NETO, Jônatas Batista. **História da baixa idade média (1066-1453)**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia: trajetória e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina dos anos de 1990**. Dissertação de mestrado, UEM, 2006.

PINTO, Luciano R. **A Construção do Celibato Clerical: Da Influência “Pagã” à Disciplina do Poder Pastoral**. <http://www.novahistoria.com.br/artigos2009/celibato.doc> (acessado: 10/08/2009).

SILVA, Edlene Oliveira. **Entre a Batina e a Aliança: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil**. Brasília, tese de doutorado da Universidade de Brasília, 2008. link: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/33/TDE-2008-10-06T152235Z-3201/Publico/2008_EdleneOliveiraSilva.pdf (acessado em: 08/10/2009).